

■ NACIONAL

Dívida pública cai em três anos, segundo BC

Câmbio e ajuste de bancos oficiais elevam débito a R\$ 21,9 bilhões em julho, e total de R\$ 641,3 bilhões no ano vale 52,5% do PIB

Sheila D'Amorim
de Brasília

O governo tem se esforçado para aumentar o arrocho fiscal mas, nos últimos meses, não há economia que chegue para conter o avanço da relação da dívida líquida do setor público com o Produto Interno Bruto (PIB). A combinação de uma desvalorização persistente com o programa de ajuste dos bancos federais fez a dívida subir R\$ 21,9 bilhões em julho, atingindo o patamar de R\$ 641,3 bilhões, equivalente a 52,5% do PIB. E a tendência nos próximos meses ainda é de alta.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, a dívida encerrará o ano em torno de 54% do PIB, cerca de R\$ 700 bilhões. "A partir daí, deverá ficar estável", diz Lopes. Queda, mesmo, só ao longo dos próximos três anos.

O presidente do BC, Armínio Fraga, afirma que é preciso separar o momento atual, ao se fazer projeções para o futuro. Segundo ele dis-

se, não é correto extrapolar para os próximos anos uma situação conjuntural em que a economia brasileira está submetida a vários choques.

"Dadas as circunstâncias, as respostas àquilo que podíamos esperar são bastante boas", argumenta. "Tivemos quatro choques. Cada um já seria trabalhoso sozinho, imagine todos juntos", comenta.

A necessidade de o governo se comprometer com resultados fiscais ainda maiores neste e no próximo ano, como foi acertado no novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), está diretamente atrelada à importância de se estabilizar a relação dívida/PIB, que é considerada um relevante indicador da situação da economia. O problema é que o superávit fiscal registrado não acompanha o impacto das oscilações no câmbio e do aumento dos juros. Enquanto, entre janeiro e julho deste ano, o setor público obteve um superávit primário (receitas menos despesas, descontados os gastos com juros) de R\$ 33,1 bi-



lhões, os gastos com encargos financeiros que incidem sobre a dívida chegaram a R\$ 76,3 bilhões.

A desvalorização de 24,35% registrada no período foi responsável

por R\$ 28,9 bilhões desse total. Com isso, o ganho fiscal mal deu para cobrir o impacto cambial. O restante ficou a cargo dos juros. O resultado dessa conta toda é um dé-

ficit nominal acumulado no período de R\$ 43,1 bilhões.

Em julho especificamente — com a colaboração de todas as esferas do governo, à exceção do BC e do INSS — o País gerou um superávit primário de R\$ 2,7 bilhões. O resultado não é dos melhores, mas até que poderia ser considerado favorável diante do cenário turbulento e da sazonalidade que aumenta os gastos, especialmente com pessoal. Entretanto, o que pesou foi a conta de juros: R\$ 17 bilhões, o maior valor mensal desde janeiro de 1999, quando houve a mudança do regime cambial. Por causa disso, o déficit nominal no mês foi de R\$ 14,3 bilhões, também o pior desempenho desde a crise cambial.

Se for contabilizada a variação cambial apenas sobre a parcela da dívida atrelada ao dólar que está vencendo no período, e não sobre todo o estoque, os gastos com juros caem consideravelmente. O valor chega a R\$ 8,75 bilhões, no mês e a R\$ 47,4 bilhões, no acumulado do

ano. Com isso, o déficit nominal corresponde a R\$ 6 bilhões, no mês passado, e a R\$ 14,2 bilhões de janeiro a julho.

Não bastasse o cenário externo turbulento que pressiona o mercado de câmbio, o governo também vem tirando uma série de esqueletos do armário. São dívidas não reconhecidas e ajustes que precisavam ser feitos. Foi o caso dos bancos federais. Somente o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal respondem por R\$ 41,14 bilhões das emissões de títulos realizadas entre junho e julho. Boa parte do ajuste foi realizada ainda no final do primeiro semestre. Mas, segundo afirmou Altamir Lopes, em julho, o Tesouro emitiu R\$ 732 milhões em papéis para trocá-los por brades (títulos da dívida externa reestruturada) que estavam com o BB. Já a Caixa trocou créditos, que tinha junto a estados e municípios, por LFTs no total de R\$ 13 bilhões. No mês passado, a dívida mobiliária federal subiu R\$ 30,3 bilhões, alcançando R\$ 609 bilhões.